



TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA  
CONVIDA

**Curso em CURITIBA - PR**  
**Dias 10, 11 e 12 de**  
**Julho de 2024.**

**MODO**  
**MENTORIA**

**TEMAS:**

**LIMITES NA GESTÃO DE PESSOAL E DE**  
**CONTRATAÇÕES NO SETOR PÚBLICO EM**  
**FINAL DE MANDATO.**

**NOVAS REGRAS DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA DOS**  
**AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS NA RECENTE VISÃO DO**  
**STF E TCEs, COM RELAÇÃO AO 13º SUBSÍDIO, 1/3 DE**  
**FÉRIAS, FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS E A (im)POSSIBILIDADE**  
**DE RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS.**

[www.nstreinamentos.com.br](http://www.nstreinamentos.com.br)

# Programação

## > Dia 10/07/2024 – Das 09:00h as 12:00h

- Inscrições e credenciamento dos alunos. Entrega das Apostilas e material de apoio. Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados.

## > Dia 10/07/2024 – Das 14:00h as 17:00h

- Limites na Gestão de Pessoal e de Contratações no setor Público Municipal em final de mandato.
- Professor: Dr. Bruno Grego.

## > Dia 11/07/2024 – Das 09:00h as 11:30h

- Novas regras da Política Remuneratória dos Agentes Políticos Municipais na recente visão dos STF e TCEs, com relação ao 13º Subsídio, 1/3 de Férias, Fixação de Subsídios e a (im) Possibilidade de Recomposição das perdas inflacionárias. (Parte 1)
- Professor: Dr. Bruno Grego.

## > Dia 11/07/2024 – Das 14:00h as 17:00h

- Novas regras da Política Remuneratória dos Agentes Políticos Municipais na recente visão dos STF e TCEs, com relação ao 13º Subsídio, 1/3 de Férias, Fixação de Subsídios e a (im) Possibilidade de Recomposição das perdas inflacionárias. (Parte 2)
- Professor: Dr. Bruno Grego.

## > Dia 12/07/2024 – Das 09:00h as 11:00h

### • MODO MENTORIA

Orientação especializada sobre as regulamentações e limitações críticas na gestão de pessoal e contratações no setor público durante o período de final de mandato. Exploraremos as novas regras da política remuneratória dos agentes políticos municipais, à luz das recentes decisões do STF e TCEs. Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos diplomas.



Professor: Normélio Schneider.

### > Coordenadoras:



Angélica Letícia Moura



Jakeline Battisti



Elizabeth Lopes

### INSCRIÇÕES:

Site: [www.nstreinamentos.com.br](http://www.nstreinamentos.com.br)

Telefones:

(45) 99934-1188 - Normélio

(45) 99837-0304 - Angélica

(45) 99989-0604 - Jakeline

E-mail: [contato@nstreinamentos.com.br](mailto:contato@nstreinamentos.com.br)

# Temário

**TEMA 1: NOVAS REGRAS DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS NA RECENTE VISÃO DO STF E TCEs, COM RELAÇÃO AO 13º SUBSÍDIO, 1/3 DE FÉRIAS, FIXAÇÃO DE SUBSÍDIOS E A (im) POSSIBILIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS.**

1. Fundamentos Constitucionais;
2. Princípios Constitucionais aplicáveis a Remuneração dos Agentes Políticos;
3. Art. 37, X e XI e art. 39, § 4º, CF/88 – Regras dos Subsídios;
4. Recurso Extraordinário nº 650.898/RS – 13º Subsídio e 1/3 de Férias;
5. Teses Divergentes do RE nº 650.898/RS;
6. Efeitos da decisão do STF – Supremo Tribunal Federal;
7. Possibilidade de instituição e pagamento;
8. Regras estabelecidas pelo TCE/PR no Acórdão nº 2045/2020;
9. Deve-se observar o Princípio da Anterioridade ?
10. Deve-se respeitar o Limite de Gastos com o Pessoal da LRF ?
11. É possível a cobrança retroativa do 13º subsídio e 1/3 de Férias
12. Fixação dos Subsídios dos Agentes Políticos;
13. Instrumento Normativo: Lei ou Resolução;
14. Prazo para a fixação dos Subsídios;
15. (Im) possibilidade de recomposição (perdas inflacionárias);
16. Recurso Extraordinário (RE) 1.344.400/SP;
17. ADI nº 0039653-22.2022.8.16.0000 – Tribunal de Justiça do Paraná;
18. ADI nº 0047332 – 73.2022.8.16.0000 – Tribunal de Justiça do Paraná;
19. Efeitos das Decisões Judiciais em relação a Recomposição Inflacionária;
20. Conclusões e questões para debate.

**TEMA 2: LIMITES NA GESTÃO DE PESSOAL E DE CONTRATAÇÕES NO SETOR PÚBLICO MUNICIPAL EM FINAL DE MANDATO**

1. Limites de gastos impostos pela LRF;
2. Medidas essenciais para a redução do índice, antes da demissão;
3. Limites dos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade:
  - a) Cargos Comissionados;
  - b) Funções de Confiança (FGs);
  - c) Verbas Complementares (Gratificações – Prêmios – Auxílios – Adicionais etc)
  - d) Número de Estagiários;
  - e) Contratações via PSS.
4. Limites nas nomeações e designações:
  - a) Parentes: (Súmula 13 do STF – Nepotismo);
  - b) Ficha Limpa Municipal;
  - c) Fornecedor local;
5. Limites na Remuneração:
  - a) Teto constitucional;
  - b) Legalidade;
  - c) Regularidade;
  - d) Limites nas acumulações.
6. CONCLUSÕES E QUESTÕES PARA DEBATE

**VALOR INSCRIÇÃO MODO MENTORIA: R\$ 2.490,00.**

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

Atendimento on-line 15 dias subsequentes ao curso presencial.

Depósito em nome de:

NS TREINAMENTOS EM GESTAO PUBLICA LTDA.

CNPJ 12.137.995/0001-16

PIX: 12.137.995/0001-16

AG 0959-8 - C/C 38019-9 - Banco do Brasil

**LOCAL: Hotel Nikko.**  
**Rua: Barão do Rio Branco – 546**  
**Curitiba – PR.**  
**41-2105-1808**

**Obs: Entrega de Certificado**  
**somente com mínimo de**  
**75% de participação.**



**PÚBLICO-ALVO:** Dirigentes e Gestores de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral, bem como aos Prefeitos, Presidentes, Vereadores e Assessores Parlamentares.



**MODO MENTORIA:** A mentoria será conduzida de forma interativa, com estudo de casos práticos e análise detalhada das normativas vigentes e das decisões judiciais mais relevantes. O objetivo é promover um aprendizado mais profundo e engajado, onde os participantes não apenas absorvem informações, mas também as aplicam, refletem sobre elas e contribuem para o processo educativo. Estendendo o aprendizado para os 15 dias subsequentes, de forma on-line, garantindo a efetiva aplicação do conteúdo aprendido.

### **CURRICULUM: Dr. Bruno Grego Santos**



Doutor em Direito do Estado, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com estágio de Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e intercâmbio acadêmico na University of Notre Dame na Austrália. Advogado, Professor da Escola de Direito da PUC/Pr, Procurador Municipal, Presidente da Comissão de Advocacia Pública da OAB Maringá, Membro da Comissão do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, Pesquisador da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/USP, Membro do Grupo de Discussão Comparative Administrative Law Initiative da Yale Law School e Membro acadêmico da Procurement Law Academic Network, Vencedor do VII Prêmio Innovare na categoria Advocacia Laurea Acadêmica da Universidade Estadual de Maringá e Menção Honrosa do Prêmio Francisco Cunha Pereira Filho.

### **> OBJETIVO:**

A NS – TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, tem como objetivo a capacitação dos servidores, técnicos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento de gestão administrativa eficiente, com o intuito de suprir os anseios de uma sociedade que vislumbra no seu representante a base fundamental com resultados à toda sociedade.

Tendo como objetivo fornecer uma compreensão abrangente das novas regras da política remuneratória dos agentes políticos municipais à luz das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos Tribunais de Contas Estaduais (TCEs). O foco será nas questões específicas relacionadas ao 13º subsídio, ao direito a 1/3 de férias, à fixação de subsídios e à (im)possibilidade de recomposição das perdas inflacionárias. Além disso, serão explorados os limites na gestão de pessoal e nas contratações no setor público durante o final do mandato. O curso visa capacitar os participantes para entender e aplicar essas novas diretrizes de forma eficaz e em conformidade com a legislação vigente.

Sendo assim, com as orientações transmitidas por meio deste Curso, tona-se possível aos Agentes Públicos atuarem de forma mais eficiente, em respeito aos ditames legais e constitucionais, além de agregarem amplo conhecimento e segurança jurídica para realizarem o controle da Administração Pública Municipal, no intuito de satisfazer o interesse público.